



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA - SEMRE
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota	00002801
Data e Hora de Emissão	27/05/2016 08:30:49
Código de Verificação	96002528

PRESTADOR DE SERVIÇOS



Nome/Razão Social: **MERCURY COMUNICACOES LTDA ME**
 CPF/CNPJ: **07.965.517/0001-64** Inscrição Municipal: **0012447900-2**
 Endereço: **AVENIDA HIROSHIMA, Nº1819 - BAIRRO CARANDA BOSQUE I - CEP:79032-050**
 Município: **CAMPO GRANDE** UF: **MS**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: **CARLOS EDUARDO XAVIER MARUN**
 CPF/CNPJ: **408.585.450-04**
 Endereço: **RUA VISTA ALEGRE, Nº332 - VILA ALMEIDA LIMA - CEP:79041-330**
 Município: **CAMPO GRANDE** UF: **MS** E-mail: **betoline2@gmail.com**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição: PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA NO JORNAL BOCA DO POVO.
 TÍTULO: MARUN É VICE-LÍDER DO PMDB E PRESIDE SUBCOMISSÃO DE HABITAÇÃO

Tributável SIM	Item	Qtde	Unitário R\$	Total R\$
	MARUN É VICE-LÍDER DO PMDB E PRESIDE SUBCOMISSÃO DE HABITAÇÃO	1	1.250,00	1.250,00

Recebemos
27/05/16
[Assinatura]

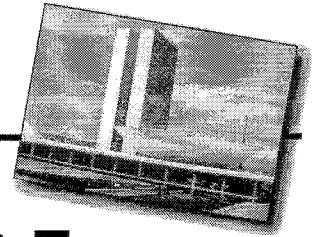
PIS (0,0000%): R\$ 0,00	COFINS (0,0000%): R\$ 0,00	INSS (0,0000%): R\$ 0,00	IR (0,0000%): R\$ 0,00	CSLL (0,0000%): R\$ 0,00
-----------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------	----------------------------------	------------------------------------

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 1.250,00

Valor Total das Deduções: R\$ 0,00	Base de Cálculo: R\$ 1.250,00	Alíquota: 5,00%	Valor do ISS: R\$ 62,50
--	---	---------------------------	-----------------------------------

OUTRAS INFORMAÇÕES

Mês de Competência da Nota Fiscal: 05/2016
 Recolhimento: ISS A RECOLHER PELO PRESTADOR
 CNAE: 582210000
 Data de vencimento do ISSQN referente à esta NFSe: 15/06/2016
 Local da Prestação do Serviço: CAMPO GRANDE/MS
 Tributação: TRIBUTÁVEL
 Descrição da Atividade: Edicao integrada a impressao de jornais



MARUN É VICE-LÍDER DO PMDB E PRESIDE SUBCOMISSÃO DE HABITAÇÃO

O deputado federal Carlos Marun (PMDB-MS), continua ganhando projeção em Brasília, ocupando posições relevantes para quem está no primeiro mandato e integra um partido grande como é o PMDB.

Essa semana Marun assumiu a posição de primeiro vice-líder da bancada peemedebista na Câmara dos Deputados e foi reeleito para presidir a Subcomissão Permanente de Habitação de Interesse Social, organismo responsável por acelerar a tramitação dos projetos da área habitacional. A escolha de Marun para assumir a condição de primeiro vice-líder do PMDB

é representativa por pelo menos dois motivos: é a maior bancada da Câmara com 67 parlamentares e agora, é o partido que está com a responsabilidade de governar o país. Marun assume a primeira vice-liderança depois de um período de grande evidência nacional, quando se destacou na mídia e no Parlamento na luta pela instauração do processo de impeachment que afastou a presidente Dilma Rousseff do cargo e permitiu a posse do vice-presidente, Michel Temer.

HABITAÇÃO

Especialista na gestão e coordenação de ações habitacionais, Marun tam-

bém foi reeleito por unanimidade, presidente da Subcomissão Permanente de Habitação de Interesse Social, órgão que integra a Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU. O principal papel dessa Subcomissão é analisar os projetos habitacionais que tramitam na Comissão de Desenvolvimento Urbano a fim de dar mais celeridade a aprovação das medidas de interesse da população.

Como secretário estadual e municipal de habitação, Marun coordenou a elaboração de projetos, a liberação de recursos e a construção de mais de 50 mil casas populares em Mato Grosso do Sul.



MANDETTA FAZ APELO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE POR CAUSA DO SURTO DE H1N1 EM NAVIRAÍ

Em discurso no Plenário da Câmara, o deputado federal Mandetta (DEM-MS), chamou a atenção do Ministério da Saúde para o surto da gripe H1N1 no município de Naviraí, em Mato Grosso do Sul.

De acordo com dados da Secretaria de Saúde do município, quatro moradores já morreram em decorrência da gripe em 11 dias, o que obrigou a prefeitura antecipar as férias escolares nas escolas municipais. Já são 20 casos de gripe por vírus H1N1 confirmados e 23 aguardando exame.

Mandetta informou que o município tenta obter mais doses da vacina para imunizar o maior número possível de moradores. “O número de doses de vacinas remetidas para aquela cidade não



é suficiente para controlar a doença. O prefeito Léo Matos tenta inclusive adquirir vacinas e não consegue. O Secretário Estadual de Saú-

de não encaminha uma solução para aquela cidade, onde várias pessoas com doenças crônicas solicitam a vacinação. Peço aqui uma

especial atenção ao Município de Naviraí, em Mato Grosso do Sul, em razão da gravidade da epidemia”, alertou.

PROJETO QUE TORNA MAIS ÁGIL O REGISTRO DE MEDICAMENTOS DEVE SEGUIR PARA CÂMARA

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou em turno suplementar, o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 727/2015, que visa agilizar e tornar mais transparentes os processos de registro de medicamentos.

O relator, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), defendeu a aprovação do projeto. A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação do texto em Plenário.

A comissão aprovou uma emenda para que os servidores que atrasarem injustificadamente os processos de autorização sob responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sofram processos disciplinares seguindo as normas da Lei 8.112/1990. O substitutivo não estabelecia referências para esses even-

tuais processos de responsabilização.

A Lei 6.360/1976, que trata da questão, foi considerada ultrapassada e desmoralizada. Apesar do prazo atual de 90 dias, um medicamento novo demora, em média, 500 dias, e um genérico, mil dias, para serem registrados pela Anvisa.

O projeto mantém os atuais 90 dias de prazo apenas para o registro de remédios “urgentes”, mas os medicamentos classificados como “prioritários” teriam 180 dias e os demais, os chamados medicamentos gerais, 360 dias. Waldemir Moka disse que as novas regras propostas “têm potencial para combater os atrasos nesse processo e aumentar a transparência das decisões da Agência, beneficiando a saúde pública e todos os brasileiros”.